

A EXISTÊNCIA DO EU ENQUANTO IDENTIDADE

Luís César Alves Moreira Filho
UNESP/Marília
lcamf@hotmail.com

No desenvolvimento das psicologias cognoscitivistas e psicanalíticas o desenvolvimento do Eu enquanto natureza interior realiza-se por estágios, sendo que a própria ciência psicológica descreve na sua especificidade os processos de desenvolvimento humano. Nesta concepção Habermas coloca que o indivíduo não nasce livre, mas se torna livre na medida em que ocorre o desenvolvimento do Eu que corresponde com o descentramento das imagens do mundo similar ao desenvolvimento cognoscitivo. A comparação global entre desenvolvimento do Eu e desenvolvimento das imagens do mundo servem para estabilizar as identidades do ego e do grupo, sendo o processo uma relação lenta para o rompimento das imagens de mundo, assim os símbolos e conceitos são formas de representações constituídas historicamente.

A intersubjetividade produzida linguisticamente pela fala serve de racionalização tendo atribuição de significado aos símbolos com afetividade que interpreta a realidade, deste modo a humanização é constituída pelo sistema de sociedade enquanto estrutura da personalidade subjetivamente compartilhada. A sociedade pode ser entendida como tecido de ações comunicativas, já a personalidade como capacidade de linguagem e ação, consequentemente encontramos estruturas de consciência ao examinarmos as instituições sociais enquanto ação dos indivíduos associados. Nas interpretações do mundo a unidade da razão teórica e da razão prática se torna problema para as imagens do mundo, sendo que no desenvolvimento cognoscitivo não existe esta dualidade desenvolvida pelas delimitações externas. As análises entre as estruturas do Eu e as das imagens do mundo são uma extensão da sociedade representada.

Nas fases do desenvolvimento da identidade da pessoa os especialistas das psicologias cognoscitivas e psicanalíticas evidenciaram por estágios destacado por Habermas em: o simbiótico, o egocêntrico, o sociocêntrico-objetivista e o universalista, sendo provas da evolução da consciência moral nas fases do desenvolvimento humano constituído socialmente na interação. Na ontogênese (consciência moral) este processo se faz nas sequências do conceito-base e estruturas lógicas ligadas à evolução das

imagens do mundo pelo indivíduo. Neste caso a evolução social esta ligada com o desenvolvimento das imagens do mundo como forma de representação. O eu habermasiano é baseado nas ciências psicológicas tendo como teoria a homologia social entre ontogênese que se refere aos níveis de consciência moral do desenvolvimento humano e a filogênese que são as instituições morais e jurídicas evidenciadas na evolução moral. Deste modo evidencia um desenvolvimento de estágios da consciência moral sendo materializado nas instituições sociais. O Eu que é constituído reciprocamente com a intersubjetividade não se pode auto-identificar pela atitude proposicional, mas pelas identificações que os outros terão dela. A atitude proposicional seria um eu teórico desvinculado da realidade, já o eu prático se realiza no agir comunicativo que distingue um do outro no movimento da identificação das diferenças dos interlocutores socialmente reconhecidos.

Os sinais de auto-identificação, todavia, devem ser reconhecidos intersubjetivamente, a fim de poder ser fundada a identidade de uma pessoa. Distinguir a si mesmo dos outros deve ser algo reconhecido por esses outros. A unidade simbólica da personalidade, produzida e mantida através da auto-identificação, apóia-se, por sua vez, no fato de se estar inserido na realidade simbólica de um grupo, na possibilidade de se localizar no mundo desse grupo. Uma identidade de grupo que vai além das biografias individuais, portanto, é condição para a identidade da pessoa singular. (HABERMAS, 1983, p. 79).

A atitude proposicional seria no caso falar teoricamente da identidade do próprio indivíduo baseado nas suas referências simbólicas adquiridas nas imagens do mundo. A unidade da pessoa é através da internalização percebida ligada com as imagens do próprio corpo, desta maneira se faz uma auto-representação de si mesmo como forma de existir. O descentramento está nesta saída internalizada dos papéis sociais para um ordenamento político extrafamiliar permeado por uma complexa tradição, assim se transmite a validade intersubjetiva de comportamento numa expectativa temporal de estabilidade. A racionalidade foi concebida conceitualmente ou empiricamente na história da humanidade, sendo que Habermas faz uma análise empírica desta racionalidade e como é constituída. No desenvolvimento do Eu a ontogênese examina três aspectos da capacidade de conhecimento, de linguagem e de ação dentro do desenvolvimento cognoscitivo na ideia unificadora do Eu formado pelo sistema de delimitações. A subjetividade é delimitada pela objetividade externa perceptível; nesta relação se encontra a intersubjetividade e a normatividade social numa distinção entre subjetivo e o não-subjetivo.

O Eu que é constituído reciprocamente com a intersubjetividade não pode auto-identificar pela atitude proposicional, mas pelas identificações que os outros terão dela. A atitude proposicional seria um eu teórico desvinculado da realidade, já o eu prático se realiza no agir comunicativo que distingue um do outro no movimento da identificação das diferenças dos interlocutores socialmente reconhecidos. O pensamento se opõe a ontologia⁴⁸ transcendental⁴⁹ do eu que recorre ao abstrato⁵⁰ universal que não faz o homem ser constituído socialmente, assim legitima o solipsismo devido à fuga metafísica do eu que não une o homem com a realidade intersubjetiva, mas o conduz a uma situação privilegiada de verdade dentro das convicções metafísicas. Neste pensamento transcendental as características humanas se tornam fixas dentro de uma finalidade imaterial, deste modo não se permite uma alteração destes fins fixos como conservação da própria identidade através da atitude proposicional. A prática leva para uma verdade interior de caráter ontológico existente desde a antiguidade nos gregos aos cristãos, por exemplo. Esta concepção é definidora da moral no qual os cristãos aprimoraram exigindo novas configurações na sexualidade presentes na história.

As religiões universais fazem uma distinção entre pertencentes à comunidade de fé e os destinatários que se obstinam no paganismo. A revelação de Deus através de profetas e de personagens fundadores de religião liga-se regularmente à esperança de poder difundir a verdadeira doutrina. Portanto, é possível justificar, com mandamentos missionários, uma temporária delimitação em face de inimigos externos. (HABERMAS, 1983, p. 84-85).

Nesta concepção a liberdade é concebida de modo transcendental como ilimitada por concepções de valores universais não questionáveis e desvinculados do mundo, sendo ontologizado no conceito da essência da existência manifesta em seus fenômenos em um indivisível nós enquanto verdade. Já em Habermas trata da consciência moral que no estágio convencional da identidade de papéis sociais se quebra dos papéis particulares da identidade da natureza pré-convencional ligados ao próprio corpo. No sujeito se atribui capacidade de julgar dentro do grupo a partir dos princípios interiorizados nas fases do desenvolvimento, posteriormente para considerar

⁴⁸ Metafísica como ontologia ou doutrina que estuda os caracteres fundamentais do ser enquanto existência.

⁴⁹ Denominado no fim do século XIII, assim trata das propriedades que todas as coisas têm em comum, que por isso excedem ou vai além das diversidades de gêneros em que as quais se distribuem.

⁵⁰ Acepção de Tomas de Aquino que separa mentalmente o inteligível das imagens singulares, objeto das características que o compõe como operação de atribuir forma ao individual sem considerá-los existentes separadamente. A forma enquanto essência pressupõe a matéria sendo a forma mais natureza que a matéria, porém necessariamente as coisas naturais são compostas de matéria e forma enquanto substancias naturais em movimento, sendo que substância imóvel isenta de matéria como Deus não é forma.

hipoteticamente e fundar normas em uma identidade do Eu no pós-convencional que substitui a identidade de papéis. O processo decorrente desta mudança gera crises de identidade para um nível mais alto de equilíbrio perdido entre si e a realidade em que convivem; por isso as culturas são marcadas por ritos de passagem em algumas fases da vida como identidade coletiva que assegura continuidade e reconhecimento.

A homologia entre modelos de desenvolvimento da identidade e os de conformação histórica das identidades coletivas não podem ser tomadas precipitadamente como paralelo, segundo Habermas, pois os conceitos variam com o tempo e a sociedade pode exigir continuar igual a si mesma. O conservadorismo especifica estas exigências sociais, sendo delimitada de acordo com o ambiente natural da sociedade como preservação da cultura. Assim os conceitos são constituídos historicamente dentro de uma realidade, sendo resultado dos interesses num contexto social cada vez mais complexo. O universo simbólico adquire gradualmente realidade para o sujeito do desenvolvimento. Neste sentido a pessoa que faz parte de um contexto social evolui de acordo com esta mesma sociedade, com isso o sujeito esta em constante evolução e mutabilidade. As relações do sujeito com o mundo objetivo refletem reciprocamente do plano micro ao limitante macro seja da identidade natural, identidade de papéis, identidade do eu, identidade coletiva, intersubjetividade, grupo, normas e Estado.

No contexto social a identidade do Eu se confirma na capacidade de construir novas identidades a partir de situações conflitivas, sendo harmonizado com as identidades anteriores numa biografia peculiar em si mesmo dentro das próprias interações. Os princípios e os procedimentos universais assimilados nas interpretações adequadas do universo simbólico, o conduzem ao princípio de autonomia no qual sua consciência moral se guiará dentro das resoluções dos conflitos no ângulo cognoscitivo. O desenvolvimento do Eu não estão abordados nos aspectos das pulsões motivacionais, no caso da fase edipiana e da adolescência que põe a prova as tradições culturais na esfera moral da diferença entre juízo moral e agir moral.

A relação conflituosa entre juízo moral e agir moral marcam os ritos de passagem nas culturas. Assim determinadas formações de identidade dentro do desenvolvimento do Eu propiciam medos e perigos perante a realidade externa. Deste modo as ameaças residem nas sanções do Superego como autopreservação a partir das possíveis visões morais que são mais avançadas do que os motivos de ação movidos verdadeiramente em seu interior. Nesta análise dos processos ontogenéticos as

individualidades do Eu são organizações simbólicas que não têm um padrão para a sua produção. Com isso as relações do meio com o sujeito são únicas que não podem ser reproduzidas. Neste sentido a ciência psicológica identifica as suas generalidades e suas patologias de conflito não resolvidos.

A moralidade enquanto interpretação das imagens do mundo não é metafísica nem fixa seus valores particulares e abstratos, pois o eu é constituído reciprocamente na intersubjetividade. O agir comunicativo vem transformar como realização do eu prático que questiona pelas atitudes a normatividade social devido a não fixidez dos valores e das referências simbólicas da sociedade. Essa aceção contrapõe-se àquela oriunda da prática religiosa de um mundo pré-fixado e teleológico como justificação da concepção transcendental do eu, onde a prática correta da moral é o cumprimento do dever das normas pré-estabelecidas como universais. Nesta concepção do sujeito o homem é limitado a seguir a norma ou receber punições, sendo esta heteronomia⁵¹ uma justificação do mundo, pois a liberdade é transcendental sendo o bom e o mau pré-estabelecidos como valores ontológicos do sujeito, não sendo uma assimilação social de valores que atingem o descentramento.

Na identidade do Eu se expressa a relação paradoxal pela qual o Eu, como pessoa em geral, é igual a todas as outras pessoas, ao passo que – enquanto indivíduo – é diverso de todos os demais indivíduos. Por isso, a identidade do Eu pode se confirmar na capacidade que tem o adulto de construir, em situações conflitivas, novas identidades, harmonizando-as com as identidades anteriores agora superadas, com a finalidade de organizar – numa biografia peculiar – a si mesmo e às próprias interações, sob a direção de princípios e modos de procedimento universais. Desenvolvi esse conceito de identidade do Eu, até agora, apenas sob o ângulo cognoscitivo e não sob o motivacional. Com efeito, escolhi a perspectiva a partir da qual podemos observar como o Eu infantil adentra gradualmente nas estruturas gerais do agir comunicativo, e adquire – através de tais estruturas – sua competência interativa, a solidez e a autonomia do agir. (HABERMAS, 1983, p. 69-70).

A identidade é adquirida através das experiências vividas no mundo objetivo, não há a possibilidade de conceber o eu como abstrato, sendo que o “G. H. Mead foi o primeiro a refletir sobre esse modelo intersubjetivo do Eu produzido socialmente.” (HABERMAS, 1990, p. 204). O pensamento surge no início do século XX numa relação interativa de vários atores entre si para esclarecer o fenômeno e o surgimento da vida consciente, assim a cultura já é questionada pela argumentação pública no mundo da vida compartilhado. A liberdade no agir comunicativo possui suposições de

⁵¹ Heteronomia designa a dependência da vontade em relação a qualquer desejo ou objeto de desejo em alcançá-lo contra a autonomia que seria a independência em conformidade com a lei própria da razão, introduzido por Kant.

autodeterminação e de auto-realização numa relação intersubjetiva, assim as normas morais são deontológicas⁵² constituídas historicamente não de modo fixo e teleológico eliminando uma liberdade baseada na atitude proposicional teorizada. O sujeito assimilador que constrói sua individualização social a partir da individuação como personificação, conseqüentemente leva a pessoa para a singularidade que vem num princípio de autonomia em relação a este mundo. Sendo indispensável à hermenêutica enquanto capacidade que adquirimos de dominar uma linguagem natural que cada falante assimilou na interpretação linguisticamente comunicável, pois a relação intersubjetiva necessita da interação estruturada na linguagem até mesmo numa atitude proposicional do sujeito. A projeção da comunidade de comunicação ilimitada leva para uma teoria da comunicação. Desta forma o sujeito passa a manifestar sua consciência por meio do agir comunicativo como processo do desenvolvimento do eu.

A subjetividade do falante leva a uma consciência hermenêutica que não se altera pelo saber linguístico, mas nas relações do reconhecimento do não idêntico. Neste sentido os interlocutores devem se identificar como iguais perante o grupo sem dispensar as diferenças dos membros do próprio grupo, assim põem em evidencia a posição do sujeito falante capaz de linguagem e ação. Na consciência hermenêutica implicada nos indivíduos enquanto capacidade natural da manifestação subjetiva do sujeito na fala, assim a linguagem privada difere das regras da linguagem pública caso esteja deformado nas análises psicanalíticas.

Já Freud tinha notado, em suas análises do sonho, a falta de relações lógicas. Ele chama a atenção principalmente para as palavras de oposição, que conservam ainda no nível linguístico a propriedade geneticamente mais antiga de associação de significados logicamente irreconciliáveis, isto é, contrários. Os símbolos pré-linguísticos são fortemente carregados afetivamente e sempre presos a cenas determinadas. Falta uma separação entre símbolo linguístico e expressão corporal. (HABERMAS, 1987, p. 52).

Habermas no livro “Para a reconstrução do materialismo histórico”, amplia a concepção de liberdade e a relaciona com a constituição da identidade do eu. Se a liberdade deixa de ser transcendental como a moral, ou seja, torna-se uma construção social dentro de uma sociedade reflexiva e descentrada, o eu deixa de ser uma ontologia transcendental para ser uma constituição social. No mundo da vida a pessoa torna-se

⁵² Ciência da moralidade ou do conveniente fundada na tendência de perseguir o prazer e fugir da dor com apelos a consciência, criado por Jeremy Bentham.

passo a passo a identidade do eu. A sociedade não se fixa em suas concepções culturais, mas procura por meio da interação a solução dos problemas sociais tais como: rever as normas sociais dentro da intersubjetividade deontológica não metafísica. Consequentemente a liberdade se faz presente quando o indivíduo possui autonomia da sociedade, da religião e dos mecanismos de controle (heteronomia e alienação⁵³), seguindo assim seus próprios caminhos dentro de uma interação social.

Um eu emancipado é aquele que deixa as superstições⁵⁴ para seguir seus princípios de autonomia, ou seja, contra uma moral uniformizante de massa baseada na heteronomia, por consequência alienante dos direitos democráticos. Na modernidade existe uma afirmação grande do sujeito contra um discurso classista de autoridade. Desta forma o processo democrático se afirma e a comunicação se amplia dentro da sociedade, sendo as decisões um direito coletivo baseado numa consciência moral reconhecida pelos indivíduos.

Os acontecimentos-chave históricos para o estabelecimento do princípio da subjetividade são a Reforma, o Iluminismo e a Revolução Francesa. Com Lutero, a fé religiosa tornou-se reflexiva; na solidão da subjetividade, o mundo divino se transformou em algo posto por nós. Contra a fé na autoridade da predicação e da tradição, o protestantismo afirma a soberania do sujeito que faz valer seu discernimento: a hóstia não é mais que farinha, as relíquias não são mais que ossos. Depois, a Declaração dos Direitos do Homem e o Código Napoleônico realçaram o princípio da liberdade da vontade como o fundamento substancial do Estado, em detrimento do direito histórico: ‘Considerou-se direito e a eticidade como fundados no solo presente da vontade do homem, já que outrora existiam apenas como mandamento de Deus, imposto de fora, escrito no Antigo e Novo Testamento, ou presentes na forma de um direito especial em velhos pergaminhos, enquanto privilégios, ou em tratados. (HABERMAS, 2002, p. 26).

A subjetividade não é algo dado, mas constituído socialmente fora do aspecto ontológico como justificação transcendente. Nesta perspectiva a vida se torna cada vez mais exigente não delegando para autoridades responsabilidades que são próprias do indivíduo, sendo isso uma característica das democracias. As instituições sociais são reflexos da consciência moral dos indivíduos por defender uma pragmática universal que amplia a liberdade do sujeito, por isso não se vê preso a cultura nem a religião na fase pós-convencional do falante que “A figura de pensamento desenvolvida por Peirce, ou seja, a de um consenso obtido na comunidade ilimitada, a da ‘ultimate opinion’,

⁵³ Como pensava Hegel no alhear-se a consciência de si mesma como razão autocontemplativa, então toda relação sua com qualquer objeto é alienação na fase que vai da consciência à autoconsciência.

⁵⁴ No melhor sentido Iluminista encontrado por Hobbes.

reaparece em Mead. No discurso prático nós construímos ‘um mundo ideal, não de coisas reais, mas do método apropriado.’ (HABERMAS, 1990, p. 218).

Neste esclarecimento ficam evidentes as bases em que estão fundadas o eu em Habermas. Desta maneira é necessário a intersubjetividade para constituir a pessoa no seu desenvolvimento questionando a heteronomia, consequentemente garantindo-se a discussão pública dos valores e normas que regem a sociedade não por meio da justificação ontológica do eu. O Eu se afirma na realidade simbólica do grupo, neste processo deve ser reconhecido intersubjetivamente na consciência moral do indivíduo e do grupo, pois as fases de desenvolvimento são em pré-convencional como identidade natural devido a não diferenciação entre criança e ambiente numa relação hedonista e de mercado, convencional sendo identidade de papéis valorizando a heteronomia e respeito pelo ordenamento moral, pós-convencional busca definir sobre os valores e normas estabelecidas pela heteronomia num relativismo de valores e opiniões nas considerações racionais de utilidade social. O pensamento expresso na consciência hermenêutica leva a transformações nas instituições normativas da sociedade para favorecer o melhor desenvolvimento da consciência moral.

As decisões baseadas na identidade coletiva ontologizada para ser um consenso entre indivíduos estão fazendo homologia na fase convencional, sendo ampliado atualmente em algumas sociedades que permitem sem coações esta evolução da consciência moral. O conceito de “identidade do eu” transforma as concepções do “Eu” numa mudança que implica em novas formas de se relacionar com a realidade e de interação. Desta forma a normatividade se torna o fator não desintegrador da sociedade que se conserva nas suas instituições pré-estabelecidas na identidade de grupo, na medida em que se evolui na consciência moral forma-se uma nova eticidade⁵⁵. Neste contexto intersubjetivo não existe um homem intrinsecamente bom e mau como colocava a ontologia, mas pessoas constituídas de consciência moral que se expressam pela consciência hermenêutica como pelo agir comunicativo.

Quando a intersubjetividade através da ação comunicativa é fortalecida a ponto de alterar as instituições sociais se faz presente a eticidade. Neste ponto entra a questão da consciência moral que se realiza numa moralidade, sendo assim “[...] o consenso de fundo das rotinas cotidianamente exercidas se quebra, as regulamentações consensuais (produzidas com base na renúncia à violência) dos conflitos de ação fazem com que o

⁵⁵ Termo hegeliano que trata da realização do bem em realidades históricas ou institucionais diferindo de moralidade que é a vontade subjetiva.

agir comunicativo prossiga com outros meios.” (HABERMAS, 1983, p. 14), sendo este conhecimento, linguagem e interação responsáveis pela efetivação da moral e do direito como núcleo da interação. As revoluções são a busca da eticidade coibida pelas estruturas sociais. Neste caso exige-se uma consciência não heterônoma da fase pós-convencional como uma insatisfação coletiva como identidade de grupo.

O eu enquanto produto da sociedade deve buscar o seu princípio de autonomia, isso não significa excluir a referência histórica, mas também não ser submisso a ela reconhecendo os seus pré-conceitos. Afinal o homem não é bom ou mau por natureza, mas o julgamento dependerá da consciência moral do indivíduo e da sociedade baseado no justo num consenso. Neste aspecto a interação dos povos gera um relativismo moral, alterando seus pré-conceitos, revendo a própria história e formando uma nova consciência geral na sociedade por meio do agir comunicativo. A criação de uma identidade coletiva passa por uma resignificação simbólica intersubjetiva da sociedade como assimilação da consciência moral. Assim o eu não é fixo dentro de uma concepção metafísica, mas histórico e moralmente constituído dentro das suas necessidades naturais presentes nas diversas culturas. Os abusos contidos nas diversas culturas passaram a ser resolvidos pelo princípio de equidade como argumentação estabelecendo novos consensos.

Nos locais que a estrutura não permita “Falar de uma identidade racional significa, por outro lado, revelar um conteúdo normativo nesse conceito.” (HABERMAS, 1983, p. 77), na falta se faz necessário da violência para uma eticidade das novas instituições realizada pelas revoluções. As sociedades estabelecem novos consensos rompendo-se com as falsas unidades sociais, injustiças e erros, apesar de que as revoluções são um combate para retirar as instituições tradicionais de modo violento. A coação das estruturas da sociedade conservadora leva a tal prática, pois sua estrutura coíbe a ação comunicativa como forma uma estrutura de poder que inibe a emancipação social. A eticidade se realiza nestes momentos históricos de modo concreto. Só tendo consciência destes aspectos da vida humana que se pode ter um eu possivelmente livre. A equidade se realiza naquelas sociedades em que os cidadãos se reconhecem como iguais e livres, desta forma um princípio de justiça consensual não arbitrário nem baseado nas superstições de uma vontade superior, aliás não pode ser uma propriedade de alguém com o risco de tirania, mas de todos que compõe a sociedade através do argumento.

O sujeito passa a ser um legislador de si mesmo dentro do princípio de autonomia, consequentemente a identidade do eu passa a ser um sujeito legislador na medida em que este se reconhece na intersubjetividade como livre e igual, as novas relações se formam na ontogênese e filogênese perante o mundo da vida de modo homólogo sem paralelismo. A constituição do eu não é ontológica na busca transcendental de descobrir o raciocínio privado da mente divina, pois a prática se torna especulativa na procura de saber como pensa o seu semelhante, já o pensamento sendo público resulta nos argumentos.

Na fala se manifesta as patologias presentes na organização simbólica adquirida pela intersubjetividade atingindo o nível pré-linguístico, por exemplo, o psicótico que fragmenta não consegue reunir em classes os elementos singulares desintegrados através de critérios gerais. Deste modo não consegue formar uma hierarquia de classes e identificar elementos de classe refletindo no uso analítico da linguagem. O animismo é formado por classes primárias da subjetividade que são formadas por bases abstratas da identidade de propriedades, no caso psicótico se encontra falha esta hierarquia. O recalque pode ser compreendido como dessimbolização, pois o trabalho analítico que reverte o processo busca a ressimbolização. O processo é conduzido por meio da linguagem, neste aspecto demonstra o mecanismo de defesa do recalque análogo à fuga sendo revertido hermeneuticamente. Nas manifestações neuróticas essas deformações se manifestam no jogo de linguagem deformado, com isso a postura de defesa esta ligada com a dessimbolização e da formação do sintoma. Por isso é inacessível ao eu e a lacuna surgida no campo semântico fica preenchida pelo sintoma como símbolo insuspeito dentro da significação da linguagem privada.

As relações humanas são baseadas em afinidade dentro da reciprocidade entre o indivíduo e o grupo. Neste sentido o eu é formado a partir do não idêntico sem dispensar a identidade coletiva com isso se estabelece um comum consenso. Nesta interação se faz necessário reconhecerem-se como livres e iguais na consciência moral, contudo os indivíduos que se apóiam na atitude proposicional da natureza boa do homem devido ao seu acesso privilegiado numa razão ontológica levam para uma identidade coletiva. A responsabilidade dos grupos está na legitimação dos tiranos que se apóiam nestas concepções distorcidas da realidade intersubjetivamente constituída. O resultado disso é o não reconhecimento de outras identidades resistindo contra a relativização dos valores através das convicções doutrinárias, consequentemente a fala

manifesta o eu desta pessoa como das pessoas que se identificam com esta identidade num contexto geral.

REFERÊNCIA

ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HABERMAS, J. *Dialética e hermenêutica*. Tradução de Álvaro L. M. Valls. Porto Alegre: L&PM, 1987.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*. Tradução de L. S. Repa; R. Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Tradução de: Der Philosophische Diskurs der Moderne

_____. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. Tradução de: Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus

_____. *Pensamento pós-metafísico*. Tradução de Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990. Tradução de: Nachmetaphysisches Denken, Philosophische Aufsätze